

## **Receptividade i(e)migracional comparada Brasil-América Hispânica: os espanhóis** **Comparing i(e)migrational receptivity in Brazil and Hispanic America: the Spanish** **José Jobson de Andrade Arruda<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este artigo lida com um problema crucial para o entendimento do fenômeno histórico experimentado pelos luso-hispânicos na primeira modernidade: o evento migracional. Propõe uma abordagem política para o problema, isto é, privilegia as relações políticas na pré e pós-independência dos impérios coloniais ibéricos, *vis à vis* a natureza da receptividade dos i(e)migrantes metropolitanos nos espaços coloniais. Neste artigo, privilegamos a receptividade dos migrantes oriundos da Espanha num momento histórico crítico: a primeira descolonização que conduziu ao surgimento dos Estados Americanos na viragem do século XVIII, focando a diferença no comportamento dos colonos nas áreas de colonização hispânica em relação às portuguesas.

**Palavras-chave:** i(e)migracional; colonização; receptividade política; Portugal; Espanha

**Abstract:** This article deals with a crucial problem to the understanding of the historical phenomenon experienced by the Luso-Hispanic America in the Early Modernity: the migrational event. It proposes a political approach to the problem, i.e., it privileges political relations in Pre and Post-Independence Iberian Colonial Empires, regarding the nature of receptivity of metropolitan i(e)migrants in colonial spaces. In this article, we privilege the receptivity of migrants coming from Spain in a crucial historical moment: the first decolonization that led to the rising of American States at the turn of the 18th Century, focusing the central difference in colonist behavior in the Hispanic colonial areas in relation to the Portuguese ones.

**Keywords:** i(e)migrational; colonization; political receptivity; Portugal; Spain

<sup>1</sup> Professor na Universidade de São Paulo, Departamento de História, Cátedra Jaime Cortesão. Pesquisador I A CNPq, Projeto: *Colonização e I(E)migração na América: ruptura ou continuidade? E-mail: jobson.@uol.com.br.*

## Proposições

Este artigo aborda um problema crucial para o entendimento do fenômeno histórico experimentado pelos luso-hispânicos na primeira modernidade: o evento migracional. Propõe uma abordagem política para o problema, isto é, privilegia as relações políticas na pré e pós-independência dos impérios coloniais ibéricos, vis à vis a natureza da receptividade dos i(e)migrantes metropolitanos nos espaços coloniais. Neste artigo, privilegamos a receptividade dos migrantes oriundos da Espanha num momento histórico crítico: a primeira descolonização que conduziu ao surgimento dos Estados Americanos na viragem do século XVIII, focando a diferença no comportamento dos colonos nas áreas de colonização hispânica em relação às portuguesas.

A epopeia dos imigrantes espanhóis e dos portugueses apresenta um traço comum, por sua dupla personalidade coletiva. “Eram filhos da Mãe Pátria e estrangeiros, parentes e forasteiros, herdeiros da cultura original e imigrantes incultos, primos e estranhos”<sup>2</sup>, cujas trajetórias se bifurcaram no embalo das conjunturas políticas diferenciadas que se estabeleceram no Brasil e na América Espanhola. Na contramão da experiência luso-brasileira, especificamente no quesito (e)imigração<sup>3</sup>, houve uma sensível quebra de continuidade, fruto da ruptura política irreversível produzida pela conjuntura internacional na viragem do século XVIII.

## E(i)migrantes espanhóis na pré-independência

Preliminarmente, é necessário pontuar que os especialistas nessa matéria não têm dúvida quanto ao fato migracional. Seus atores não são transformados em colonos pelo simples fato de aportarem em terras coloniais, territórios estes que, aliás, eram denominados Vice-Reinos até as reformas borbônicas do século XVIII. Razão suficiente para que Sánchez-Albornoz não hesite em considerar os marinheiros abandonados por Colombo na ilha Hispaniola como os “precursores da primeira migração transoceânica de larga escala”, marcador histórico incontestado da época moderna. Os deslocamentos no âmbito do Império Espanhol eram fruto de decisões pessoais, reservando-se ao poder real apenas o direito de “administrar o fluxo”. Conquistadores que são “raramente percebidos como imigrantes”, mas que em sua maior parte estabeleceram-se “permanentemente na América”, portanto, na condição de colonos. Daí o uso indiferenciado das categorias imigrantes e colonos, pois, ao mesmo tempo em que o governo espanhol apoiou a “emigração”, aceitou implicitamente que a “colonização” propiciaria o alívio dos territórios europeus sob pressão demográfica, como as Canárias. Havia, portanto, em meio aos milhares de chegados, aqueles que não se incluíam nem como prestadores de serviços, nem como colonizadores. Eram, geralmente, comerciantes que vinham por sua conta própria, entre os quais se incluíam até mesmo estrangeiros, cuja presença nos territórios coloniais fora de início proibida, mas que acabaram por ser admitidos no transcurso do século XVIII desde que atendessem a condição de serem católicos professantes e praticantes. Características migracionais que nos levam a anuir às conclusões de Sánchez-Albornoz ao afirmar que “esta emigração foi majoritariamente um movimento espontâneo”, uma vez que somente “as tropas e os colonos vindos no século XVIII o fizeram por ordem e expensas do Estado”, um número reduzido frente aos milhares que viajaram “por sua própria conta e risco”, que tomaram suas próprias decisões, “pagaram por suas passagens ou encontraram um parente ou amigo que o fizesse”<sup>4</sup>, reduzindo as experiências propriamente colonizadoras a práticas circunstanciais e pontuais.

2 MOYA, 1998: 332 (tradução do autor).

3 ARRUDA, 2014.

4 SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1995: 747,748,755,757 (tradução do autor).

Os números relativos à emigração espanhola para a América não são absolutos. São aproximações, até mesmo para o período 1509-1559 coberto pelo *Catálogo de pasajeros a Indias*, que registrava as licenças concedidas pela Coroa para todos aqueles que desejassem passar às colônias, pois o número de clandestinos ou assemelhados era muito grande. As estimativas elaboradas por diferentes demógrafos e historiadores permitem afirmar que no decurso do século XVI transferiram-se para a América espanhola entre 200 e 243 mil indivíduos; 195 mil apenas na primeira metade do século XVII, com médias anuais máximas variando entre 2600 e 3900 pessoas. Tendência que, se mantida, elevaria para no mínimo 395 mil (máximo de 438 mil), o número de imigrantes chegados à América nesta primeira fase da ocupação territorial<sup>5</sup>. Entre 1650 e 1800 o fluxo se reduziu substancialmente, contabilização agravada pela multiplicação dos portos de saída da Península e a descontinuidade das escoltas. O número total de entradas teria sido a metade do que foi no primeiro momento, ou seja, 219 mil indivíduos no mínimo, ou, no máximo, 250 mil. Perfazendo um total de entradas, nos três séculos da colonização, de um número estimado entre 557 e 587 mil emigrantes nas avaliações mais moderadas, pois nas mais otimistas elevar-se-ia a 750 mil pessoas, responsável por ingressos médios em torno de 1560 almas por ano<sup>6</sup>. Número este que Martínez Shaw reduz em suas estimativas para um milhão de indivíduos<sup>7</sup>.

A composição social dos novos contingentes também se alterou. Se na primeira fase preponderavam os “conquistadores e seus associados”, no segundo momento prevaleceram “comerciantes, empregados, e soldados”, estes em número expressivo, pois, somente no período 1739-1798, foram embarcados rumo ao ultramar 60 mil soldados. Cifra que não inclui remessas anteriores ou posteriores, nem os familiares dos militares casados, fonte importante de “novos colonos”, cujos custos de deslocamento corriam por conta do tesouro real<sup>8</sup>, iniciativa que demonstra o esforço do poder central no controle dos territórios coloniais. Deslocamentos totais significativos se ponderados em relação à massa da população espanhola na época, contingente que em sua maior parte “nunca regressou aos seus lugares, significando que o *stock* europeu no Novo Mundo era realimentado constantemente”<sup>9</sup>.

A população imigrada somada ao crescimento vegetativo era irrelevante se considerada em relação à imensa massa de nativos concentrada, sobretudo, na Mesoamérica e nos Andes centrais. Lugares que haviam alcançado elevado nível organizacional e cultural. Situação ainda agravada pelo crescimento vegetativo limitado da população de origem espanhola, resultante do exíguo número de mulheres emigradas, não mais do que 10% do total, cujo impacto foi o surgimento, no seio da população europeia, de um “estrato de mestiços, nem sempre diferenciados como tais” e que acabaram “absorvidos pelo estrato social ocupado por seus pais, desfrutando de seus privilégios e passando por europeus”<sup>10</sup>, o que lhes permitiu posicionar-se na estrutura social conforme seu lugar familiar de origem: funcionários, *encomenderos*, comerciantes, camponeses, artesãos.

5 SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1999: 35-36 (tradução do autor).

6 SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1995: 749,754,757.

7 MARTÍNEZ SHAW, 1994: 249 (tradução do autor).

8 MARTÍNEZ SHAW, 1994: 754-757.

9 MARTÍNEZ SHAW, 1994: 757 (tradução do autor).

10 MARTÍNEZ SHAW, 1994: 37 (tradução do autor).

## O significado estratégico da escravidão africana

O número reduzido do contingente constituído pela elite populacional, se considerada em relação aos africanos e nativos, se explica por dois motivos básicos. De um lado, os altos salários vigentes na Espanha que tornavam pouco atraente a arriscada travessia rumo à América, efeito perverso do impacto provocado na economia espanhola pelos metais preciosos chegados da América. Do outro, pelos vastos contingentes de mão-de-obra nativa disponível, que os espanhóis, mais eficientes que os portugueses na sua arregimentação para o trabalho, souberam explorar pelo controle “exclusivo sobre as principais sociedades camponesas no México e no Peru”<sup>11</sup>, que alimentavam a indústria da mineração, gerando os recursos monetários necessários à importação de escravos africanos<sup>12</sup>. Escravos estes que, num segundo momento, viriam a substituir os próprios nativos, sobretudo nas minas de ouro<sup>13</sup>, por conta da drástica e inexorável redução da população ameríndia, explorada até o seu limite da exaustão física.

A emigração luso-hispânica rumo à América, portanto, não pode ser analisada isoladamente do movimento total de transferências populacionais realizadas em todo período colonial e mesmo pós-colonial, sobretudo quando pensada em relação ao fluxo do tráfico africano. De um lado, como vimos acima, no Império espanhol, a presença dos escravos africanos diminuiu a pressão sobre a necessidade de emigração branca; do outro, a entrada massiva de escravos africanos em Portugal, 300 mil somente no século XVI, liberou a mão-de-obra autóctone para transferir-se às variadas partes do Império luso, constatação decisiva para que se possa entender como uma população tão reduzida foi capaz de suportar tal carga emigracional. O significado da escravidão na América hispânica foi nublado pelo fenômeno do trabalho compulsório da imensa massa de nativos existentes; por mais numerosos que fossem jamais adquiririam a expressão do trabalho indígena. Interpretação equivocada porque desconsidera a importância estratégica da mão de obra africana.

Os índices estimados por Philip Curtin são suficientemente expressivos nesse sentido<sup>14</sup>. Durante todo século XVI ingressaram na América hispânica 62 500 escravos africanos contra 50 mil na América portuguesa, portanto, 55% contra 45%. De toda evidência, é possível comparar estes números com aqueles referentes ao declínio vertiginoso da população ameríndia que indicamos. Somente no século XVII as entradas no Brasil (560 000) superaram aquelas da América (292 500), ou seja, de todos os escravos africanos chegados ao continente 40% se dirigiram ao Império Espanhol, índice de alta relevância e significado histórico. Foi somente no século XVIII que a primazia do tráfico africano rumo ao Brasil se consumou. Dos 2 213 milhões de escravos entrados nos dois impérios ibéricos, 25% desembarcaram no território espanhol, isto é, 512 700 escravos. Os 75% restantes, correspondentes à mão-de-obra africana consumida pelo Brasil, refletem cabalmente o arranque da economia colonial brasileira nos setores agropecuário e mineral, um momento extremamente favorável vivenciado pelo Império português frente ao evidente declínio de seu congênere ibérico. Tendência que se mantém ao longo do século XIX, quando o Império brasileiro recebeu 1 713 000, um número elevado, mas cuja representação percentual relativa à América diminuíra para 70%. Fato emblemático, pois demonstra que apesar dos discursos

11 KLEIN, 2000: 17.

12 Não há consenso sobre o número de nativos existentes na América quando chegaram os conquistadores. Presume-se que seriam 50 milhões, reduzidos a não mais do que 5 milhões por volta de 1650. No México central seriam 25,3 milhões em 1519, reduzidos a 16,8 em 1523; a 6,3 em 1548; a 2,6 em 1568; a 1,9 em 1580; a 1,3 em 1595; e apenas 1 milhão em 1605. No Peru, assiste-se a devastação semelhante, pois, dos 9 milhões em 1532, recua-se para 1,3 milhões em 1570. A tendência dizimadora somente se inverte, em termos moderados, no México e Andes centrais, a partir, respectivamente, de meados do século XVII e das primeiras décadas do século XVIII (SÁNCHEZ-ALBORNOZ; MORENO, 1968: 36 (tradução do autor)).

13 BAKEWELL, 1999: 118.

14 CURTIN, 1969.

libertários que sustentaram ideologicamente o nascimento das repúblicas latino-americanas, a escravidão africana se intensificou, pois 782 200 cativos foram incorporados ao mercado de trabalho. Resistência à extinção do trabalho escravo que se exprime num dado sintomático: na década de 1861 a 1870, pelos números de Curtin, oficialmente nenhum escravo ingressou no Brasil, enquanto na América hispânica foram 31 600!

Reiteramos que estes números explicitam, de forma incontestada, a importância estratégica da escravidão africana na América espanhola, geralmente tida como insignificante ou residual, na medida em que garantia a permanência de duas formas de trabalho essenciais ao Império: o trabalho assalariado na Península, desobrigado de emigrar; e a substituição do trabalho compulsório dos nativos na América Hispânica. Trabalho que, por sua natureza, tendia a se desagregar, constatação que diferencia o elã emigracionista dos impérios peninsulares na época da colonização moderna, mas que tende a homologizá-los na fase dos Estados nacionais. No final do período colonial estima-se a população total da América Espanhola em 13,5 milhões de habitantes, dos quais 45% eram indígenas isolados ou assimilados; 20% de brancos, descendente dos conquistadores e dos imigrantes; 30% de mestiços; e 4% de negros africanos<sup>15</sup>.

### **O processo de diferenciação entre velhos e novos chegados**

O controle da massa populacional sobre a qual se erguia o Império espanhol na América fazia-se com base no equilíbrio entre três forças principais: a administração, a Igreja e a elite local, sobretudo esta elite, detentora do maior poder econômico, das propriedades no campo e na cidade, compreendendo uma "minoridade de *peninsulares* (nativos da Espanha) e uma parcela maior de *Criollos* (brancos nascidos nas colônias)"<sup>16</sup>. Diferenciado em relação a sistemas coloniais coetâneos, o espanhol era prevalentemente urbano. Não somente porque se originavam majoritariamente das cidades ibéricas, mas porque a maior agregação urbana oferecia mais segurança, posto que a dispersão os tornaria presa fácil dos nativos. Agrupados "conseguiram preservar sua identidade, sua língua e seu modo de vida", mas não o faziam por vontade e decisão própria, mas em atenção às disposições legais emanadas do poder central, que impunha aos espanhóis e indígenas viverem separados.

"Os espanhóis eram proibidos de estabelecerem-se em distritos indígenas e vice-versa", com exceção daqueles gentios que prestavam serviços nas cidades e, assim mesmo, eram mantidos à parte, "vivendo em distritos-satélites". Medida estratégica por facilitar tanto o controle quanto a evangelização, além da enorme vantagem de liberar "grandes extensões de terra desocupadas e livres que a Coroa poderia usar para recompensar seus colonos". Separação de corpos em diferentes "repúblicas" que nunca foi seguida ao pé da letra, pois os gentios frequentavam as cidades, onde seu trabalho como artesãos ou domésticos era indispensável, da mesma forma que os espanhóis frequentavam suas vilas mais prósperas e os distritos indígenas criados nas cercanias de suas próprias fazendas<sup>17</sup>. Especificidade orgânica de repartição do território que teve enorme influência no processo de miscigenação da América Hispânica, *vis à vis* a experiência brasileira.

Minoritários mas hegemônicos, os contingentes populacionais hispânicos tenderam a uma importante diferenciação. Aquela que, gradativamente, se fazia entre os espanhóis nascidos na Espanha que para a América emigravam, e os descendentes de espanhóis nascidos na América. As elites brancas tendiam a se preservar,

15 SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1999: 54.

16 LYNCH, 2009: 24.

17 SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1999: 42-43.

resguardar suas linhagens, blindar sua estirpe, travar o processo de integração interétnica, fazer de sua prole gente ciosa de sua condição. Comportamento social em larga medida decorrente do próprio sistema espanhol de colonização baseado no do regime de porto único que circunscrevia os territórios por ele servidos. E, sobretudo, pela tendência a reservar para a população de origem europeia os espaços urbanos circunscritos pelas cidadelas fortificadas, reservando os espaços fora dela para as populações nativas, segmentação de corpos que, se não impediu, pelo menos arrefeceu o processo de integração populacional e a conseqüente mescla cultural. De qualquer forma, decorridos dois séculos e meio do início da colonização, nos meados do século XVIII, o processo de miscigenação havia avançado substancialmente, a tal ponto que, em algumas partes do continente, a população “ameaçava submergir ao estrato branco dominante”, ameaçando nivelar a sociedade. Entende-se, pois, que aqueles que monopolizavam os privilégios “esboçaram uma resistência reforçando as diferenças sociais, baseadas em condições econômicas, com uma série de signos exteriores como o da pigmentação da pele”<sup>18</sup>.

### **Emigrantes espanhóis em tempos críticos**

Segregacionismo de raiz que se agrava em tempos de crise, pois, em condições normais, os que estavam na terra e dela se sentiam senhores absorviam os imigrantes recém-chegados, reciclando-se, fortalecendo-se. Mas que, em condições críticas, de tensão política exacerbada, como aquela que se anunciava no momento da pré-independência, tendia a desqualificar a imagem dos imigrantes espanhóis. Agravava o conflito social e criava um ambiente propício a transformar os forasteiros em inimigos oportunos. Agrupamento este que, sentindo-se isolado, acuado, fechou-se sobre si mesmo como nunca dantes o fizera. Reação defensiva que, em face à complexa conjuntura política peninsular, alienava-se, rompia o padrão secularmente estabelecido nas comunicações e migrações transatlânticas, reformulando seu horizonte de expectativa em relação ao seu futuro americano, no qual o retorno à Espanha passa a ser uma possibilidade não tão risonha, mas pelo menos mais segura do que aquela que se prenunciava nos territórios coloniais. Iniciativa tardia para muitos deles como é usual nestas circunstâncias, pois, atacados, expropriados, expulsos, correndo o risco de serem executados, transformaram-se em personagens inglórias do rompimento de uma linha de continuidade social que atara metrópole e colônia por três séculos<sup>19</sup>. Passaram de heróis, descendentes dos conquistadores, a vilões, párias sem lugar aqui e lá.

Nem todos tinham, contudo, a consciência precisa dos perigos iminentes do tempo como é normal acontecer com pessoas que estão assentadas e não suportam a ideia de que poderão ter de enfrentar mudanças bruscas que possa alterar o fluxo normal de suas vidas. Francisco Contreras Pérez reproduz a carta de um espanhol recém-chegado ao Rio da Prata que, mesmo diante dos sobressaltos vividos na colônia, ainda concitava seus parentes a escaparem da guerra peninsular e transladar-se à América, pois mesmo face aos constantes sobressaltos tinham fé em Deus que as coisas rapidamente se “recomporiam”<sup>20</sup>. De fato, os imigrantes espanhóis não eram considerados inimigos, mas estrangeiros indesejáveis pelas elites *criollas* locais, o grupo privilegiado de ascendência espanhola que monopolizava o poder, as posições políticas e o rendoso comércio transatlântico, mas com os quais guardavam no fundo relações de amizade e parentela.

18 SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1999: 91.

19 LOCKHART; SCHWARTZ, 1983: 423.

20 PÉREZ, 2013: 171.

Poucos, entretanto, apesar da recepção hostil, retornavam à Espanha, onde, bem sabemos, as condições não eram nada alvissareiras. Apenas um em cada seis retornou à Península Ibérica. Poucos assumiram a cidadania nas jovens repúblicas latinas, e quando o fizeram não foi sem desconfiança dos locais. Outros preferiram manter-se nas mesmas condições em que se encontravam, ou seja, a de imigrantes espanhóis, torcendo para que o pior não sobreviesse, dada a grande possibilidade de que as condições políticas se agravassem a qualquer momento.

Esta foi a razão pela qual a grande maioria dos recém-chegados se esforçava por esconder sua origem, tentando passar-se por bascos, portugueses, galegos. A hispanofobia generalizada neste período foi, em larga medida, responsável pela má imagem adquirida pelos imigrantes espanhóis. Hispanofobia esta alimentada pelos escritos dos ilustrados e enciclopedistas franceses e, principalmente, pelos escritores ingleses, tais como Adam Smith e Jeremy Bentham, entre outros. Todos eles responsáveis pela criação de uma lenda negra que, no contexto da crise, adquiriu feições políticas extremamente relevantes por instigar a animosidade contra os espanhóis recém-chegados, cujo resultado foi a transformação dos espanhóis em alvos perfeitos por serem o grupo econômico dominante; por controlarem as posições superiores da administração nos tempos coloniais; por sua arrogância de estirpe, e que poderiam ser, neste contexto específico, facilmente acoimados de imperialistas por terem se tornado estrangeiros no território das novas repúblicas americanas<sup>21</sup>.

Se o cenário social e culturalmente conflitivo não era o bastante para disparar o processo de ruptura naquele instante, poderia fazê-lo em algum momento futuro desde que agravado fosse por outras circunstâncias supervenientes, a exemplo da crise política internacional europeia, à qual cabe um papel relevante neste processo por colocar em cheque o Império espanhol no âmbito das guerras napoleônicas. Mas, se o fator Napoleão foi decisivo para disparar o processo de independência das colônias americanas no Império espanhol, no espaço do Império português seu impacto foi mais ameno. Isto porque o deslocamento da sede do Império português de Lisboa para o Rio de Janeiro se fez sob a égide da Inglaterra, de seus ardis diplomáticos mobilizados com a finalidade de assumir o controle direto ou indireto da colônia americana, preferencialmente por via pacífica, mas sem descartar a ação belicosa se esta se fizesse necessária, como a trajetória histórica ulterior veio a comprovar<sup>22</sup>. Projeto imperialista cujo previsto no rol das possibilidades foi criar as condições ideais para a transferência pacífica do poder metropolitano aos coloniais brasileiros, fato este que se consumou com a proclamação da independência em 1822 por um príncipe português da dinastia de Bragança reinante em Portugal.

Este conjunto de eventos de alta significação é fruto da hegemonia naval britânica consolidada após a batalha de Trafalgar, em 1805, quando a *Royal Navy* neutralizou a esquadra francesa e imobilizou os navios espanhóis em seus portos, uma tendência que vinha se delineando desde 1796, cujo efeito foi o rompimento das comunicações da metrópole espanhola com suas colônias americanas e a interrupção do comércio em larga escala, criando condições para que navios de outras nações, neutras, assumissem o abastecimento das colônias e transferissem o saldo financeiro das operações econômicas para a Espanha sob a forma de letras de crédito, enquanto os metais propriamente ditos seguiam para outros destinos drenando a seiva que por séculos alimentava o poder do Império. Equivale dizer, de forma objetiva, que a América "havia adquirido independência comercial da Espanha"<sup>23</sup>, antes mesmo que qualquer iniciativa rumo à independência fosse tomada pelos coloniais.

21 MOYA, 1998: 336-339.

22 ARRUDA, 2008: 18 e segs.

23 LOCKHART; SCHWARTZ, 1983: 413.

Enquanto em Portugal ingleses e portugueses enfrentavam as tropas francesas batalhando pela sobrevivência do Reino, na Espanha, nem a *guerrilla*, nem as *juntas*, eram capazes de conter as sucessivas medidas de força adotadas pelos franceses contra a casa reinante na Espanha, condições que, praticamente, levaram ao colapso do Império pelas sucessivas transferências de poder imposta pelos franceses: a abdicação de Carlos IV em favor de seu filho, Fernando VII, e deste para o irmão do corso, José Napoleão. Configurava-se, por esta via, uma situação esdrúxula, de total anomia das autoridades políticas coloniais face à obrigatoriedade de obedecer a um regime espúrio, estrangeiro, e a pressão interna para o rompimento e consequente instalação de um regime emancipado. A resistência encabeçada pelas Juntas Governativas, constituídas pelas elites Criollas, transformara-se em células germinativas do processo de independência que, iniciado em 1808 em Montevideú, varreria o continente nos anos por vir e teria sua primeira fase concluída apenas 21 anos depois, com a formalização da independência mexicana. Um período trágico, marcado por batalhas sangrentas que resultaram em milhares de mortos, com todas as características de uma verdadeira guerra civil na qual se enfrentavam espanhóis nativos e forâneos: as forças populares lideradas pelos *Criollos* e as espanholas por tropas mercenárias. Um processo de longa duração que atravessaria todo século XIX e emblematizaria a lenta agonia de um outrora poderoso Império.

A contra face das dificuldades interpostas aos imigrantes espanhóis de modo geral são as facilidades oferecidas para o acolhimento dos dissidentes políticos espanhóis que elegeram a hispanoamérica para seu exílio, definitivo ou temporário. O corte em relação aos espanhóis, portanto, não foi horizontal. Foi um corte seletivo. A restauração de Fernando VII após seu regresso da França, onde havia permanecido desde a abdicação forçada na condição de prisioneiro de Napoleão, inaugurou um regime de franca hostilidade, dirigido tanto aos conservadores que haviam aderido ao corso, como aos liberais que se deixaram encantar pelo receituário revolucionário introduzido na península pelos franceses, pois representariam uma séria ameaça ao regime restaurado, o que os tornou o alvo preferencial de uma perseguição sem trégua. Isto explica o endurecimento do regime que se tornou despótico a partir de 1814, quando Fernando VII passou a restringir as conquistas da ordem liberal, anulou a Constituição e suprimiu as Cortes.

“A perseguição política aos acólitos do liberalismo se fez de imediato, pois representavam uma séria ameaça para a estabilidade do sistema recém-instaurado”. Muitos dos refugiados desta chamada *emigração liberal* deram preferência aos destinos mais próximos, Portugal, França ou Inglaterra, de onde seria mais fácil acompanhar os acontecimentos que se desenrolavam na Espanha e esperar o momento azado para retornar, se fosse o caso. Um número nada desprezível. Aproximadamente 35 000 súditos espanhóis deixaram o país somente no ano de 1823, dos quais um contingente reduzido rumou para a América fugindo das perseguições, pois este era um “momento pouco propício para dirigir-se a um continente convulsionado pela guerra e no qual os espanhóis somente poderiam despertar desconfiança, receio e ódio”<sup>24</sup>, mas onde, mesmo assim, por suas qualidades profissionais, poderiam ser úteis às novas nações, como se verificou no Chile.

Se a política persecutória implementada por Fernando VII foi severa na Europa, na América foi ainda mais devastadora. Pela força, procurou abafar o movimento insurrecional que se alastrara pelas possessões espanholas, enviando expedições militares repressivas que, se de início colheram sucessivas vitórias, ao cabo de duas décadas acabaram em derrota fragorosa, exatamente quando tiveram que se defrontar com a resistência armada organizada pelas lideranças coloniais, a exemplo de Simon Bolívar, que “declarou guerra até a morte aos espanhóis”. Contexto conflituoso que contribuiu para tornar o ambiente americano ainda mais adverso aos

24 RIVADULLA; NAVARRO; BERRUEZO, 1992: 24 (tradução do autor).

naturais da metrópole, mesmo que tivessem vocação liberal, qualidade que os tornava igualmente indesejáveis em determinadas localidades, caso da Venezuela e Nova Granada, onde os “residentes optaram por uma clara atitude anti-independente, engrossando as fileiras dos exércitos realistas”<sup>25</sup>. Atitude que somente no longo prazo seria modificada pela reassimilação dos imigrantes espanhóis, configurando-se, de fato, uma nova imigração na segunda metade do século XIX, completamente diferente daquela dos tempos coloniais cujo divisor de águas foi a ruptura da continuidade entre a Colônia e o Estado Nacional, realizada objetivamente sobre o campo de batalha e não sobre as mesas de negociação.

A implosão do poder central reacendeu ancestrais autonomias no continente latino americano. Localismos que se conservaram latentes por muitos séculos e que se expressavam nas formas prevaletentes de exercício do poder no mundo colonial, as *Audiencias*, cujos limites administrativos ancestrais acabaram por determinar as fronteiras dos novos Estados criados no processo de emancipação. Uma revanche das estruturas de longa duração consolidadas nos Impérios pré-hispânicos que conferiam legitimidade histórica ao mosaico instalado, que tornavam o sonho bolivariano de unidade por via de uma grande federação de Estados autônomos, mas não soberanos, uma utopia sem futuro. A natural indisposição dos novos Estados surgidos em relação ao regime monárquico dos quais haviam se libertado, a influência da ilustração e da experiência exitosa das 13 colônias norte-americanas, empurraram as jovens nações para a forma republicana de governar que, por seu mecanismo de representação, se revelava mais adequada à necessidade de aglutinar as forças políticas e sociais altamente disruptivas. Moderno, mas postiço; arranjo de circunstância. Produto de um contexto, de difícil adaptação, caracterizava-se por sua perene instabilidade, com raríssimas exceções. Somente no último quarto do século XIX surgiram, esporadicamente, algumas experiências de “ficção democrática”, a exemplo da Venezuela, Guatemala e México, por serem, de fato, elites “unificada por um caudilho”. Outras, como Argentina, Peru e depois Colômbia, promovem uma “alternância periódica no poder das diferentes frações das elites”, elites que, sob inspiração do positivismo, arquitetavam uma nova estratégia para governar a sociedade sem sua efetiva participação, um projeto revolucionário, “o de criar, mediante o progresso econômico e a educação moderna, um povo digno de exercer sua soberania”, de instalar, nas sociedades tradicionais, “o imaginário, as instituições e as práticas da política moderna”<sup>26</sup>, avatares das velhas práticas, novas roupagens para velhos procedimentos.

### **Repúdio e recomposição na pós-independência**

As Repúblicas latino-americanas nasceram, portanto, da resistência ao Império Napoleônico e, na sequência, ao próprio Império espanhol. Definem-se em relação a ele por oposição a tudo que lembra a Espanha ou aqueles que a representavam na América, os imigrantes espanhóis. Rompe-se a comunidade imaginária que por séculos cimentara as relações entre a metrópole e a colônia, ou melhor, as colônias. Busca-se uma nova identidade. Imaginário político que congela as relações entre as nações latinas e a Espanha nas décadas subsequentes à emancipação, com severo impacto sobre as relações diplomáticas e, por decorrência, sobre a receptividade dos imigrantes espanhóis. Enquanto no Brasil, decorridos apenas três anos da ruptura já se assinava entre as partes o tratado de reconhecimento da Independência, na América Hispânica demorou décadas. De fato, após sua restauração no trono espanhol, Fernando VII recusou-se peremptoriamente a reconhecer e estabelecer

25 RIVADULLA; NAVARRO; BERRUEZO, 1992: 23-24 (tradução do autor).

26 GUERRA, 1992: 380.

relações diplomáticas com as repúblicas surgidas no embalo da crise imperial. Somente em 1833 o governo espanhol passou a considerar a irreversibilidade da situação, conscientizando-se da necessidade de se rever aquela intransigência que se afigurava prejudicial à própria Espanha, um trâmite que exigia cautela para não ferir a opinião pública e segmentos políticos estratégicos contrários à medida. Em consequência, três anos após, em 1836, foi promulgado o Decreto que autorizava o governo de Sua Majestade a concluir Tratados de Paz e Amizade com os novos Estados da América Espanhola, visando ao “reconhecimento da independência, a renúncia a todo direito territorial e de soberania por parte da antiga metrópole”, desde que não se compromettesse “nem a honra nem os interesses nacionais”<sup>27</sup>. O processo foi demorado, estendendo-se de 1836 (México) a 1904 (Panamá). Na década seguinte formalizaram-se os tratados com o Equador, Chile, Venezuela, Bolívia e, nos anos 1850, com a maior parte dos países da América Central. Com a Argentina, após longas negociações iniciadas nos anos quarenta, o acordo foi firmado em 1859, seguindo-se Bolívia (1861), Peru (1879), Paraguai (1880), Colômbia (1881), e, finalmente Honduras, em 1894<sup>28</sup>.

Os números sobre a emigração espanhola destinada à América são nebulosos, mas suficientes para testemunhar a cesura havida no período pós-colonial. Dados referentes à imigração procedente da Andaluzia, geralmente responsável por 8% do fluxo migratório, demonstram uma contração significativa na pós-independência, pois da média de 90 imigrantes/ano no período 1700-1790, reduz-se para 23 imigrantes/ano no período 1765 a 1824<sup>29</sup>. De toda evidência, não houve uma interrupção absoluta do fluxo migracional, como apontam alguns autores<sup>30</sup>, mas sua contração foi suficiente para demonstrar a ruptura drástica ocorrida no plano político e, portanto, na receptividade imigracional. Em 1810 viviam em Buenos Aires em torno de 3000 espanhóis recém vindos, pressionados pelas circunstâncias, mas em situação bem mais confortável do que aquela vivenciada por seus compatriotas no México ou na Venezuela. Quarenta e dois anos depois, em 1852, elevavam-se a 5800 indivíduos, crescimento modesto, que atesta o nível de redução do fluxo imigracional.

No século XIX, ou mais especificamente até 1882, excluindo-se os emigrantes que se destinavam ao Caribe, deslocaram-se para a América continental 116 345 indivíduos, assim distribuídos: 51 358 para a Argentina; 39 780 para o Uruguai; 10 320 para o Brasil; e 14 787 repartidos entre Chile, Paraguai e Venezuela. De 1882 em diante, quando se inicia o registro oficial de emigração na Espanha, até 1930, deslocam-se 3,5 milhões de espanhóis, majoritariamente destinados à Argentina, Cuba e Uruguai. No período seguinte, as restrições impostas pelos países receptores diminuem significativamente o fluxo emigratório, contabilizando-se, entre 1933 e 1936, cerca de 75 mil indivíduos, preferencialmente carreados para Argentina, Uruguai, Cuba e México, o que revela um aspecto significativo, ou seja, o fato de que o número de emigrantes retornados, 177 mil, supera em muito as saídas. No pós-guerra, o ritmo volta a se intensificar, preservando-se os destinos tradicionais, Argentina, Venezuela e Uruguai, seguidos por Cuba, Chile, Peru e México<sup>31</sup>.

Os indicadores estatísticos, como já dissemos, continuam a ser precários, mas suficientes para confirmar a Argentina como destino preferencial dos espanhóis ao longo de todo período considerado. O fluxo imigracional interrompido no decurso das guerras de independência foi a custo retomado, lento processo que somente inverteria a inércia primordial na segunda metade do século XIX, isto é, quatro décadas depois. É indubitável,

27 CASTEL, 1955: 9-11 (tradução do autor).

28 PEREIRA; CERVANTES, 1992: 29-30.

29 PÉREZ, 2013: 177.

30 Referimo-nos a Yanez Gallardo, N. A. de Cristóforis e Carlos Moya, referidos por Francisco Contreras Pérez (2013: 173).

31 PÉREZ, 2013: 177-178.

portanto, que o ciclo revolucionário e a etapa posterior de instabilidade política frearam a imigração espanhola para a Argentina e, “somente a partir de 1830 são registrados os primeiros indícios de revitalização, evidentes após a chegada de bascos e galegos” no período de expansão demográfica verificado durante o governo Rosas (1830-1852). Tímida, porém significativa, por revelar a “persistência de antigos circuitos migratórios, gestados nas etapas finais de cominação colonial”, plataforma estratégica para a “reprodução dessas redes sociais no quadro dos novos cenários econômicos”, reveladores da “revitalização de latentes redes parentais e antigos tecidos sociais”<sup>32</sup>. Estrutura solidária que se acoplava ao atrativo representado pelas terras agrícolas extraordinariamente férteis, cuja ocupação tinha sido obstruída até então pela população indígena hostil<sup>33</sup>. De qualquer forma, os números da imigração espanhola para a Argentina continuaram modestos, pois os emigrantes espanhóis estavam neste momento mais interessados nas possibilidades oferecidas pela economia cubana, favorecida pelos custos menores da travessia oceânica. Isto explica, de certa forma, porque na década 1871-1880 ingressaram na Argentina apenas 44 526 imigrantes espanhóis, desfalcados por 19 920 saídas. Tendência radicalmente transformada nas décadas seguintes, pois, entre 1881 e 1920, registraram suas entradas no porto de Buenos Aires 1 532 335 espanhóis, desfalcados por 654 533 saídas, deixando um saldo positivo de 877 802 remanescentes<sup>34</sup>, demonstrando que a fase contaminada pela animosidade política havia passado.

As autoridades da Argentina não se comportaram de maneira unívoca em relação à imigração espanhola no século XIX. A política de portas abertas para os imigrantes geralmente adotada na América Latina, sobretudo para os europeus<sup>35</sup>, não se aplica aos argentinos no que concerne aos espanhóis. Até no governo Rosas, o espírito de revanche predominava, a indisposição prevalecia, a antiga solidariedade colonial havia sucumbido perante a elevada animosidade, perspectiva que explica a xenofobia imperante. Mas as novas gerações, “para quem as décadas posteriores à independência somente haviam provado o fracasso da geração revolucionária e dos seus sucessores em tirar o país do atraso em que o deixara a ordem colonial espanhola”, procuram reorientar os rumos do país e, nesse contexto, o papel da imigração espanhola é reavaliado. A excepcionalidade da Argentina estava no fato de ter se constituído em terra de imigração desde o início em função da escassa população indígena, característica fundamental da trajetória “histórico-cultural preexistente”, e que precisava ser recuperada num contexto em que o massivo ingresso de italianos, resistentes à integração, tendentes à formação de guetos, avessos à aceitação da cidadania argentina, ameaçavam a ordem pública, a segurança do Estado e, sobretudo, a hegemonia social e política da elite *criolla*. As novas circunstâncias levaram a uma reavaliação da presença dos espanhóis, sobretudo no que concerne à visão negativa sobre a herança colonial, especialmente no que se refere à convivência étnica com indígenas e negros africanos. Por volta de 1870, membros da elite Argentina, que preliminarmente haviam recusado a imigração espanhola, encontravam-se totalmente desiludidos com os imigrantes europeus prevalecentes até aí, passando a considerá-los portadores do sangue de velhas e corroídas sociedades<sup>36</sup>. Frente às mazelas carreadas pelos protagonistas da nova imigração, os primos Criollos lembraram-se das virtudes dos parentes espanhóis, relativizando seus aspectos negativos. Tudo isto levou a uma reconfiguração da política migracional, expressa nos dispositivos baixados entre 1887 e 1889 pelo presidente Juárez Celman, cuja finalidade era estimular a imigração de indivíduos procedentes preferencialmente da

32 SILBERSTEIN, 2000: 101.

33 KLEIN, 2000: 22.

34 KLEIN, 2000: 103.

35 SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 2009: 180.

36 MOYA, 1998: 357.

Europa setentrional, com o objetivo explícito de diluir o problema italiano, passando-se a adotar um regime de imigração subsidiada que os excluía e, indiretamente, beneficiava os espanhóis, livres para dos subsídios se beneficiarem<sup>37</sup>. Portanto, uma circunstância, um contexto específico e não uma decisão consciente de Estado de reincluir a imigração espanhola no projeto populacional desenhado pelo Estado argentino, simplesmente porque as feridas cicatrizaram, foram esquecidas ou relativizadas.

O traço distintivo das relações entre argentinos e espanhóis na pós-independência é “uma boa dosagem de ambivalência e dualidade”<sup>38</sup>. Frente ao desencanto, aos dissabores representados pela imigração italiana, os espanhóis, outrora alvos perfeitos tachados de imperialistas, que deixaram de ser parentes para serem estrangeiros, foram rejuvenescidos em sua imagem. Afinal de contas, mesmo frente aos números superlativos da imigração italiana, os indicadores da imigração espanhola, entre 1857 e 1930, ultrapassavam a casa dos dois milhões de ingressantes, havendo mais espanhóis vivendo na Argentina do que em toda Espanha, se excetuássemos Madrid e Barcelona. Situação ambígua, contraditória mesmo, porque os números indicativos da entrada de imigrantes hispânicos contraria a imagem que por décadas se lhes atribuiu, sobretudo em torno dos anos 1920 quando a elite argentina tinha se tornado nativista e até mesmo xenófoba. Oscilações flagrantes em termos da receptividade dos imigrantes hispânicos que nada se assemelha aos comportamentos registrados no Brasil em contextos coetâneos e semelhantes.

## Bibliografia

- ARRUDA, José Jobson de Andrade, 2008 – *Uma Colônia Entre Dois Impérios. A Abertura dos portos brasileiros (1800-1808)*. Bauru: EDUSC.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade, 2014 – “(E)migração Portuguesa: receptividade política comparada Brasil-América Hispânica (Parte I)”, in MENEZES, Lená Medeiros de *et al.* (org.) – *Portugal-Brasil Pontes sobre o Atlântico*. Rio de Janeiro: LABIMI.
- BAKEWELL, Peter, 1999 – “A Mineração na América Espanhola Colonial”, in BETHELL, Leslie – *História da América Latina*, vol. II. São Paulo: EDUSP.
- BERNASCONI, Alicia, 2000 – “Imigrantes Italianos na Argentina (1880-1930): Uma Aproximação”, in FAUSTO, Boris (org) – *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP.
- CASTEL, J., 1955 – *El Restablecimiento de las Relaciones entre España y las Repúblicas Hispanoamericanas (1836-1894)*. Madrid: s. n.
- CURTIN, Philip, 1969 – *The Atlantic slave trade – A census*. Madison: University of Wisconsin Press.
- DEVOTO, Fernando, 2000 – “Imigração Européia e Identidade Nacional nas Imagens das Elites Argentinas (1850-1914)”, in FAUSTO, Boris – *Fazer América*. São Paulo: EDUSP.
- GUERRA, François-Xavier, 1992 – *Modernidad e Independencias*. Madrid: Editorial Mapfre.
- KLEIN, Herbert S., 2000 – “Migração Internacional na História das Américas”, in FAUSTO, Boris (org.) – *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP.

37 DEVOTO, 2000: 34, 36, 38, 40. Sobre a imigração italiana para a Argentina, diz Alicia Bernasconi: “A Argentina foi, sem dúvida, um dos destinos mais importantes da emigração italiana. Até 1889, atraiu maior número de imigrantes dessa origem que os Estados Unidos... Mais de dois milhões de italianos embarcaram para a Argentina no meio século analisado (1880-1930); um pouco menos da metade deixou o país neste mesmo período para retornar ou talvez para reemigrar” (BERNASCONI, 2000: 61).

38 MOYA, 1998: 366.

- LOCKHART, James; SCHWARTZ, Stuart B, 1983 – *Early Latin America. A History of Colonial Spanish America and Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LYNCH, John, 2009 – “As Origens da Independência na América Espanhola”, in BETHEL, Leslie (org.) – *História da América Latina*, vol. III, São Paulo: EDUSC.
- MARTÍNEZ SHAW, 1994 – *La emigración española a América (1492-1824)*. Colombes: Archivo de Indianos.
- MOYA, Jose Carlos, 1998 – *Cousins and Strangers. Spanish Immigrants in Buenos Aires, 1850-1930*. Berkeley: University of California Press.
- PEREIRA, Juan Carlos; CERVANTES CONEJO, Ángel, 1992 – *Relaciones Diplomáticas Entre España y América*. Madrid: Mapfre.
- PÉREZ, Francisco Contreras, 2013 – “Los destinos de la emigración a América tras la Independencia: una perspectiva regional comparada (1830-1870)”, in MEDEIROS, Lená *et al.* (ed.) – *Migraciones Ibero-Americanas*. Huelva/Rio de Janeiro: LABIMI/CIM.
- RIVADULLA, Daniel; NAVARRO, Jesús Raúl; BERRUEZO, María Teresa, 1992 – *El Exilio español em América en el siglo XIX*. Madrid: Mapfre.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás, 1995 – “El primer traslado transatlántico: La migración española al nuevo mundo, 1493-1810”. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, año 10, n.º 31.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás, 1999 – “A População da América Espanhola Colonial”, in BETHELL, Leslie (org.) – *América Latina Colonial*, vol. II. São Paulo: EDUSP.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás; MORENO, José Luis, 1968 – *La Población de América Latina. Bosquejo Histórico*. Buenos Aires: Paidós.
- SILBERSTEIN, Carina Frid de, 2000 – “A Imigração Espanhola na Argentina (1880-1930)”, in FAUSTO, Boris (org.) – *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP.